



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001396-81.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - TRE-PB

ASSUNTO: Adesão à intenção de registro de preço (órgão participante) – SRP – Pregão Eletrônico nº 26/2022 TRE-PB – Ata de Registro de Preços nº 68/2022 – Solução unificada de Auditoria de Segurança no Active Directory com armazenamento e gerenciamento em Local (On Premise), compreendendo aquisição de serviços de software e suporte técnico.

DESPACHO Nº 1446 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Gabinete da Diretoria-geral (GABDG), com o objetivo de, conjuntamente com os demais Tribunais Regionais Eleitorais (TRE's), se efetuar contratação de empresa para eventual fornecimento de solução de Auditoria e Segurança para o Active Directory (AD), compreendendo aquisição de serviços de software e suporte técnico, via adesão à **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS divulgada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB)** que tomou para si a missão de conduzir o processo administrativo de contratação da solução de acordo com as contratações previstas na Estratégia Nacional para atender a Justiça Eleitoral do país (**Ofício-Circular n. 1/2022 - TRE-PB/PTRE/DG - 0828211**).

Em cumprimento aos procedimentos estabelecidos pela Resolução CNJ nº 182/2013, o TRE-PB elaborou o **ETP (0916664) - contendo Análise de Viabilidade** (Seção I), **Sustentação do Contrato** (Seção II), **Estratégia para Contratação** (Seção III) e **Análise de Risco** (Seção IV), nos termos do § 2º do art. 12 da resolução citada - e **TR nº 6/2022 - PB/PTRE/DG/STIC/COGSC/SESEC (0916665)**.

A contratação está prevista na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral, Anexo I – Arquitetura de Cibersegurança – 2021 a 2024 – TSE e TRES (0731737), item SG05 – PI D05 – Active Directory, enviada aos TREs por meio do Ofício-Circular GAB-DG TSE 254/2021, de agosto de 2021, e fundamentada no Acórdão TCU/Plenário 3143/2021 (item 9.1.5), onde coube ao TRE-PB, com apoio do TRE/ES, a condução do processo administrativo de contratação da solução pretendida como órgão gerenciador na elaboração dos documentos de planejamento, que contemplará as demandas de todos os demais TREs interessados, inclusive, no que se refere a estimativa inicial do valor desta contratação para os 15 tribunais.

O titular da STIC manifestou-se pela participação na contratação conjunta da solução de segurança para o Active Directory (AD) e informou a estimativa de quantitativo para cada item do objeto, conforme Informação nº 53/2022 – PRES/DG/STIC/GABSTIC (0832471), com a expedição do ofício pela Diretoria-Geral (0833491) ao órgão gerenciador (TRE-PB).

Para instruir o feito, foram juntados todos os documentos produzidos na fase de instrução e tramitação do processo administrativo referente ao Pregão Eletrônico TRE-PB SRP nº 26/2022: Documento de Formalização da Demanda (DFD) - 0916662, Estudo Técnico Preliminar - 0916664, Termo de Referência - 0916665, Edital de Licitação nº 26/2022 - 0916666, Ata de Registro de Preços ARP nº 68/2022 - 0916668, Publicação da ARP no DOU - 0916669 e Minuta do Contrato - 0916672.

No âmbito deste Tribunal, o coordenador da COSEIC elaborou Solicitação de Contratação 9 (0917219), impulsionando as providências necessárias deste Tribunal para realização da contratação, consoante Despacho n. 2905/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC (0921736), não havendo elaboração do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência/Projeto Básico e da Informação Conclusiva do Valor Estimado tendo em vista todos esses documentos já haverem sido elaborados pela equipe de planejamento do TRE-PB.

Em cumprimento à determinação constante no evento n. 0921736, e com base nas informações constantes nos eventos ns. 0916672 e 0917219, e outros anexos juntados a estes autos, a SECONT juntou no evento n. 0924940 minuta do instrumento contratual que irá reger a Contratação pelo TRE-RO, referente ao objeto constante da Ata de Registro de Preços n. 68/2022/TRE-PB (assinada em 28/09/2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU n. 189, de 04/10/2022, Seção 3, fl. 163, com vigência por 12 meses, a contar da sua última assinatura eletrônica), e gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB).

Em seguida juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 323.306,00 (trezentos e vinte e três mil trezentos e seis reais)** para custear a despesa (0925109), registrando-se, em que pese a contratação estar prevista para 2023, nos termos da informação n. 33 (0925458), utilizou-se de recursos deste exercício de 2022 para custear esta e outras contratações previstas para 2023, tendo em vista não haver tempo hábil para execução e liquidação em 2022 dos outros objetos, o que resultaria na inscrição de vultuosos recursos em restos a pagar.

Instada, a AJSAOFC opinou, em síntese, pela inexistência de óbice legal na adesão à ARP nº 68/2022, oriunda do PE nº 26/2022- TRE-PB; pela possibilidade jurídica da contratação da solução de TIC pretendida nas quantidades de todos os itens registradas para este órgão participante na ARP n. 68/2022, gerenciada pelo TRE-PB, que será firmado por meio da assinatura da Minuta do Contrato (0924940) com a empresa Servix Informática Ltda, CNPJ n. 01.134.191/0001-47, dispensando-se uma nova análise jurídica das **minutas do edital e do contrato produzidas no âmbito do PE 26/2022**, uma vez que estes instrumentos foram APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, conforme evento n. 0935382 (Parecer Jurídico n. 234/2022 - 0927127).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela autorização da despesa com contratação conjunta nas quantidades de todos os itens, registradas para este órgão participante na ARP n. 68/2022, que será firmado por meio da assinatura da Minuta do Contrato (0924940) com a empresa Servix Informática Ltda, CNPJ n. 01.134.191/0001-47, nos mesmos moldes do parecer exarado pela AJSAOFC, com a publicação do ato na imprensa oficial em respeito ao princípio da publicidade (0935585).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, considerando tratar-se de contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, devem ser observadas as diretrizes específicas previstas pela Resolução CNJ nº 182/2013. No caso em apreço, mesmo não sendo produzidos os documentos exigidos no âmbito deste Tribunal, todos os trâmites prévios para aquisição do objeto pretendido foram definidos pelo TSE, como se verifica no Ofício-circular GAB-DG n. 287/2022 (0831909), juntado no Processo Administrativo SEI n. 0002839-04.2021.6.22.8000, bem como das informações extraídas do **ETP** juntado ao evento n. 0916664.

Compulsando os autos, verifico que, conforme previsto na Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024), a equipe de planejamento do TRE-PB assumiu a missão de conduzir o processo administrativo de contratação da SOLUÇÃO UNIFICADA DE AUDITORIA DE SEGURANÇA NO ACTIVE DIRECTORY em apreço como órgão gerenciador, elaborando todos os documentos exigidos na legislação de regência e processando a contratação via certame licitatório (TRE-PB SRP nº 26/2022).

O procedimento resultou na assinatura e publicação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TRE/PB Nº 68/2022, o que viabilizou a contratação da SOLUÇÃO UNIFICADA DE AUDITORIA DE SEGURANÇA NO ACTIVE DIRECTORY por parte de todos os Tribunais Regionais Eleitorais participantes.

No caso em tela, a participação colaborativa deste Regional no PE nº 26/2022 conduzido pelo TRE-PB, para que possa contratar conjuntamente os objetos de interesse descritos no TR (0916665), está amparado nas normas de regência (**artigo 2º, IV e prescrita pelo artigo 6º, ambos do Decreto nº 7.892/2013**). Ademais, tal medida reduzirá sensivelmente os custos diretos e indiretos com os trâmites de um certame, além de possibilitar a redução dos valores estimados em razão da compra em escala gerada por este agrupamento de demandas. Nesses termos, tal medida atenderá aos princípios da eficiência e da economicidade, ficando demonstrada sua vantajosidade.

Como bem registrado no parecer da AJSAOFC, em que pese não haver informação acerca do registro e divulgação da IRP por meio sistema pontuado no Decreto 7892/2013 (SIASG), verifica-se que o objetivo de publicidade preconizado pela norma foi preservado, consoante Ofício-circular n. 1/2022 - TRE/PB/PTRE/DG (0828211) e Ofício n. 103/2022 - PRES/DG/GABDG (0833491), que possibilitaram a divulgação e participação de diversos TRE's da fase de planejamento da contratação compartilhada.

Além disso, em cumprimento aos termos trazidos na legislação de regência (art. 6º do Decreto 7892/13), ressalta-se que há registro da concordância com o objeto a ser licitado, inclusive seu quantitativo foi atendido, como se verifica nos documentos anexados aos eventos 0828211, 0832471 e 0833491. E a ciência da ARP nº 68/2022, oriunda do PE nº 26/2022, é atestada pelo Ofício-circular n. 4/2022 - TRE-PB/PTRE/DG (0916659) e pela juntada nos autos da própria ata em questão (0916668), bem como tem-se que a inclusão no registro de preço foi formalizada neste Tribunal por meio dos documentos juntados no presente autos, iniciando-se com o Despacho nº 549/2022 - PRES/DG/GABDG de lavra desta Diretora-geral (0828243).

Em que pese a ausência de manifestação circunstanciada do secretário da SAOFC nos termos balizados pela IN TRE-RO 04/2008, houve deliberação tácita sobre o assunto pela autoridade competente (Diretora-geral, conforme inciso I do art. 1º da Portaria TRE-RO nº 66/2018), tornando o procedimento interno em comento regular, pois a autorização da DG supre as falhas em relação ao estabelecido pelo artigo 19 da IN mencionada.

No tocante à disponibilidade orçamentária e financeira, como já mencionado pelo bem lançado Parecer Jurídico AJSAOFC (0927127), é permitido desencadear o Pregão Eletrônico para formação de registro de preço, independentemente da existência de recursos financeiros para realização das contratações, consoante regra expressa contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013. Contudo, não há óbice para ser firmado o contrato com a detentora da ARP em análise, uma vez que a Programação Orçamentária (0925109), no valor de R\$ 323.306,00 (trezentos e vinte e três mil trezentos e seis reais) comprova a disponibilidade orçamentária para abarcar com a despesa pretendida.

Pelo exposto, ante o atendimento de todos os requisitos necessários à presente adesão à IRP, sendo certo que foram atendidos os requisitos exigidos nos diplomas normativos em vigor, bem como apurada a vantajosidade da aquisição pela unidade solicitante, e com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018:

1 - Ratifico a aprovação do ETP (0916664) e do Termo de Referência n. 6/2022 - TRE/PB (0916665), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, regras do Decreto Federal n. 7.892/2013 e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008;

2 - Aprovo o valor estimado adotado para contratação da solução, em atendimento ao item 44 do Anexo II da Portaria CNJ n. 101/2021 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário, uma vez que todos os custos resultantes de toda etapa de planejamento foram obtidos a partir de consultadas de possíveis fornecedores no mercado de TIC, nos termos registrados no subitem 6.2 do ETP (0916664);

3 - Autorizo a despesa por meio participação conjunta da solução unificada de auditoria de segurança no Active Directory, compreendendo aquisição de serviços de *software* e suporte técnico, para atender às necessidades do TRE-PB e demais órgãos partícipes, gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Paraíba (TRE-PB), e divulgada por meio do Ofício-circular nº 1/2022 - TRE-PB/PTRE/DG (0828211) e processada no Pregão Eletrônico nº 26/2022 (Processo SEI n. 0003410-33.2022.6.15.8000) - 0916666, com fulcro **art. 15, II, da Lei n. 8.666/93 c/c no art. 4º, do Decreto Federal nº 7.892/2013 c/c art. 19, IN TRE-RO nº 004/2008**; e

4 - Autorizo a lavratura do Contrato, conforme minuta juntada no evento 0924940 e, conseqüentemente,

autorizo a emissão da nota de empenho em favor da empresa Servix Informática Ltda, inscrita no CNPJ sob o n. 01.134.191/0001-47, no valor de R\$ 332.306,00 (trezentos e trinta e dois mil e trezentos e seis reais), condicionada à regularidade fiscal da empresa.

À **SAOFC** para continuidade das ações necessárias à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/11/2022, às 17:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0938540** e o código CRC **07FA323F**.

0001396-81.2022.6.22.8000

0938540v56